

## Edição Comemorativa



Imagem: Luís Carlos Russo

A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro - CGM-RJ - chegou à maioridade. São 18 anos promovendo o controle interno na Prefeitura para a efetividade de gestão municipal. A história da CGM-RJ tem início quando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprova o projeto de sua criação, em substituição à Secretaria Extraordinária de Assuntos Especiais.

O projeto, de autoria do Executivo Municipal era, na ocasião, inovador, pois criava a Controladoria Geral do Município como o Sistema Integrado de Fiscalização Financeira, Contabilidade e Auditoria do Poder Executivo. Com essa iniciativa, o Rio de Janeiro foi o primeiro município do Brasil a ter um órgão encarregado exclusivamente do controle interno, em 22 de dezembro de

1993, com status de Secretaria e atuação na função de Estado e não apenas função de governo.

No início de suas atividades, a CGM -RJ promoveu a instituição de um ambiente de controle na Prefeitura, por meio da elaboração do Manual de Normas e Procedimentos de Controle, *(continua na pág. 2)* ▶

### Nesta edição

#### Entrevista

A presidente do CONACI responde sobre os seus desafios à frente do conselho no biênio 2012-2014 e fala sobre o funcionamento dessa instância integradora dos órgãos de controle no Brasil.

(página 4)

#### Artigo

O Analista da CGU, Marcus Vinícius de Azevedo Braga, faz um resumo da trajetória do controle social no Brasil e discute seus avanços e perspectivas no cenário nacional.

(página 6)

#### Agenda

1º Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social no Rio – Con-social, dias 13 e 14 de fevereiro. Tema *A sociedade no acompanhamento e controle da Gestão Pública.*

(página 9)

(continuação da pág. 1) ► bem como da realização de um inventário geral dos bens móveis e da criação dos Sistemas de Controle de Contratos e de Informações Gerenciais.

Desde sua criação até hoje, quatro foram os controladores da CGM-RJ: Lino Martins da Silva (1993-1996 e 2001-2008), Elizabeth Riguete de Moraes (1997-2000), Vinicius Rocha Viana (2009-2010) e Antonio Cesar Lins Cavalcanti (2010 até hoje).

Também quatro foram as categorias funcionais criadas na CGM-RJ nestes 18 anos: Contador, Técnico de Contabilidade, Técnico de Controle Interno e Auxiliar de Controladoria, que puderam contar também com a experiência e colaboração de outras categorias funcionais do Município.

Durante todo esse período a CGM-RJ vem definindo os procedimentos contábeis no âmbito da Prefeitura; elaborando a contabilidade da Administração Direta; consolidando as informações contábeis das entidades da Administração Indireta; disponibilizando as informações contábeis do Município; aprimorando o sistema informatizado de contabilidade e execução orçamentária; realizando a análise contábil das liquidações de despesas; elaborando e atualizando manuais de procedimentos; orientando os órgãos; efetuando inspeções físicas; certificando as prestações de contas dos ordenadores de despesa; realizando auditorias contábeis e operacionais; apoiando o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Município; gerando informações para a Administração; garantindo a transparência das contas da Prefeitura e, conseqüentemente, podendo oferecer maior segurança ao Prefeito e aos Ordenadores de Despesas por ocasião de seus atos.

Pelo fato do sistema de controle atuar permanentemente, o contribuinte carioca tem sido beneficiado de diversas formas, seja pela transparência das informações, pela eliminação de desperdícios, pela prevenção de fraudes ou pela economia gerada.

### **Inovando**

Em um contexto de crescimento de serviços públicos e ampliação das formas de atuação da Administração Pública, a CGM-RJ tem procurado sempre se reinventar, com o objetivo de exercer um controle efetivo, já que, pelo tamanho do município e do seu quantitativo de servidores, não é possível ao órgão de controle estar presente em todos os atos da Administração Municipal e muito menos examinar todas as despesas e receitas de um orçamento que ultrapassa os R\$ 20 bilhões.

Para se adequar a esse ambiente mutável e em constante evolução, a CGM-RJ passou por diversas mudanças de estrutura organizacional, que foram fundamentais para formação da cultura e identidade que possui hoje.

Como parte dessa evolução, foram contratados, desenvolvidos e adquiridos vários sistemas informatizados para aperfeiçoar o controle e auxiliar os gestores, tais como: contratos; contabilidade e execução orçamentária; informações gerenciais e custos; controle de bens patrimoniais; registro de valores e obrigações diversas; controle contábil de almoxarifados; controle de gêneros alimentícios e preços máximos e mínimos.

Entre os importantes caminhos que a CGM-RJ trilhou ao longo do tempo estão: o investimento no treinamento e capacitação de seus servidores; a instituição bem sucedida no Programa de Qualidade Total, com a percepção de prêmios do Programa Qualidade Rio categoria bronze nos ciclos 1999 e 2000; as ações para divulgar

a atuação do controle através da edição dos Prestando Contas e dos Cadernos da Controladoria; a forma preventiva de atuação do controle, através da Tecnologia da Informação (TI), da definição de regras e parâmetros de legalidade nos sistemas transacionais e do estabelecimento de referências de preços para compras e contratações; a avaliação de risco dos órgãos e entidades da Prefeitura, com objetivo de nortear suas atividades, principalmente na seleção das auditorias; entre outras ações relevantes.

Ao longo destes anos a Controladoria também vem ampliando seu alcance e universo auditado através da aquisição de ferramentas tecnológicas e da implementação de diversos tipos de auditorias como: auditoria na folha de pagamentos, tanto da administração direta como da indireta; na receita municipal; nos sistemas informatizados que suportam as atividades operacionais da Prefeitura; e na execução dos contratos, programas, atividades e metas.

Também foram criados programas de visitas e de intercâmbios com órgãos municipais, estaduais, federais e até mesmo internacionais para compartilhar as melhores práticas de controle, divulgar a importância do controle interno e manter o aprendizado constante.

Além dessas ações, a Controladoria sempre atuou promovendo e/ou incentivando seus servidores a participar de jornadas de controle interno, palestras, cursos, grupos de estudos, seminários, congressos, intercâmbios e eventos diversos, inclusive em âmbito internacional, com a finalidade de trocar conhecimento e experiências.

Assim, os servidores são os maiores promotores das inovações e atualizações, o que propicia um aprimoramento contínuo e a antecipação de algumas obrigações, como na adequação às Normas Internacionais de Contabilidade (continua na pág. 10) ►

#### **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**

**Prefeito:**  
Eduardo Paes

#### **Controladoria Geral do Município**

**Controlador Geral:**  
Antonio Cesar Lins Cavalcanti

**Subcontroladora de Gestão:**  
Nadia Assunção Fernandes Neves

**Subcontroladora de Integração de Controles:**  
Angela Arezzo Meireles

#### **Prestando Conta\$**

**Edição e pauta:**  
Margarete Ramos

**Diagramação e arte:**  
Daniel Santos de Barros

**Redação e revisão:**  
Aislan Loyola  
e Rogério Lessa Benemond

**Impressão:**  
Riocor Gráfica e Editora  
Tiragem: 500 exemplares

#### **Assessoria de Comunicação Social**

**Assessora-chefe:**  
Margarete Ramos

**Assessor-auxiliar:**  
Aislan Loyola

**Editor gráfico:**  
Daniel Santos de Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409  
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-901  
Tel.: (21) 2976-1515/2967  
E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br  
Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

# Consocial em 2011: um balanço

*Conferências municipais e regionais multiplicam-se por todo o Brasil*

Dentre as 443 conferências municipais, regionais e livres já realizadas, a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - 1ª Consocial já envolveu 1705 municípios brasileiros. Destes, 305 realizaram conferências municipais e 1400 participaram de conferências regionais. Os estados que mais realizaram conferências municipais, até o momento, foram Ceará e Paraíba, com 66 e 43 conferências realizadas, respectivamente. Quanto às conferências regionais, têm se destacado os estados de Santa Catarina, com 20 conferências abrangendo 282 municípios; e Maranhão, que já realizou 17 conferências, envolvendo 190 municípios.

Das conferências realizadas, 203 (135 municipais, 44 regionais e 24 livres) já enviaram seus relatórios à Coordenação-Executiva Nacional, revelando que, até agora, 25.691 pessoas já participaram desta 1ª Consocial. Dos 22.526 participantes com direito a voto, 54% representam a sociedade civil, 34% o poder público e 12% os conselhos de políticas públicas. A 1ª Consocial também reuniu 1.741 convidados e 1.424 observadores.

A respeito das propostas e diretrizes resultantes das conferências municipais, regionais e livres, percebe-se, até o momento, uma distribuição equilibrada entre os quatro eixos da 1ª Consocial: o Eixo 1 responde por 23% das propostas recebidas, o Eixo 2 por 24%; o Eixo 3 por 24%; e o Eixo 4 por 29%. Sobre o Eixo 1, *Promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos*, as propostas mais recorrentes dizem respeito aos portais da transparência nos municípios. Quanto ao eixo 2, *Mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública*, a maior recorrência nas propostas é sobre a criação de disciplinas escolares sobre controle social e cidadania. No eixo 3, *A atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle*, as proposições mais frequentes tratam da estrutura e capacitação dos conselheiros de políticas públicas. No quarto eixo, *Diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção*, a maior parte das proposições tratam do aperfeiçoamento do marco legal.

A 1ª Consocial espera mobilizar ainda mais cidadãos. Outras 110 conferências (89 municipais, 18 regionais e três livres) envolvendo outros 308 municípios, já foram convocadas mais ainda não se realizaram. É importante lembrar que as conferências municipais e regionais podem ser convocadas até 60 dias antes da realização da conferência estadual correspondente e podem ser realizadas

até 30 dias antes da referida etapa. Já as conferências livres podem acontecer até o dia 08 de abril de 2012.

Após realização das conferências municipais e regionais, serão realizadas as conferências estaduais, com a participação dos delegados eleitos nos municípios/regiões e a discussão das propostas e diretrizes elaboradas durante essas etapas. As conferências estaduais irão ocorrer até 08 de abril de 2012.

Além das conferências nos municípios, também é possível participar da Consocial por meio da conferência virtual, prevista para ocorrer de fevereiro a abril de 2012, pela Internet, e por meio das conferências livres, que podem ser realizadas por qualquer grupo de pessoas e em qualquer local, como escolas, empresas ou associações de moradores. Estas duas modalidades (virtual e livre) não elegem delegados, mas encaminham propostas/diretrizes diretamente à etapa nacional. Para saber mais detalhes sobre as conferências virtual e livre, acesse o campo "Etapas Preparatórias" do Portal da Consocial [www.consocial.cgu.gov.br](http://www.consocial.cgu.gov.br).

## *A 1ª Consocial*

A Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - 1ª Consocial, cujo tema central é *A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública* foi convocada por meio de decreto presidencial de 08/12/2010 e, sob a coordenação da Controladoria-Geral da União, tem como objetivo principal a promoção da transparência pública e o estímulo à participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública, contribuindo para um controle social mais efetivo e democrático.

A CGU espera mobilizar e envolver mais de 1 milhão de brasileiros ao longo do processo conferencial acerca do debate sobre temas como: a promoção da transparência e acesso à informação e dados públicos; mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle e diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção, eixos temáticos da 1ª Consocial.

Com a realização da 1ª Consocial, os temas e propostas debatidos durante todo o processo conferencial podem transformar-se em políticas públicas, projetos de lei e, até mesmo, passar a compor agendas de governo em âmbito municipal, estadual ou nacional, além de subsidiar a criação de um Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social. 💰



# Entrevista

## Angela Maria Soares Silveiras

Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI

**Por unanimidade, a senhora foi eleita presidente do Conselho para o biênio 2012-2014. Em sua opinião, quais são os maiores desafios a serem enfrentados neste novo cargo?**

A consolidação, modernização e integração dos órgãos de controle interno dos estados e municípios brasileiros e, principalmente, o estabelecimento de uma atuação conjunta de políticas voltadas para o aprimoramento e a modernização do Estado e da eficácia, eficiência e efetividade da aplicação dos recursos públicos. Esses desafios passam, como condição essencial, pelo fortalecimento dos órgãos centrais de controle interno.

**O que a senhora pretende priorizar enquanto estiver ocupando o cargo de presidente?**

Primeiro, a integração dos órgãos de controle interno, aprimorando a articulação entre os órgãos centrais de controle interno estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Depois, promover o desenvolvimento institucional, contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos de controle interno.

Um terceiro ponto seria a ampliação das parcerias, através do estabelecimento de relacionamentos com entidades públicas e privadas, visando divulgar ações, trocar experiências e informações e incorporar boas práticas.

A melhoria dos processos de trabalho também é prioridade, afinal é preciso cooperar para o desenvolvimento de processos organizacionais visando à obtenção de uma qualidade superior nos trabalhos de controle e de melho-



*Advogada e administradora, especialista em administração pública pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi servidora do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, aposentando-se como secretária geral das sessões. Atualmente é a titular da pasta da Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT. Em Fevereiro de 2011 foi eleita vice-presidente do Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI. Em agosto do mesmo ano foi eleita para a presidência do Conselho por unanimidade de votos durante o VII Encontro Nacional de Controle Interno, realizado em Brasília.*

res resultados para os órgãos de controle interno.

Por fim, buscar o aprimoramento dos Recursos Humanos, o que irá contribuir para o fortalecimento da gestão de pessoal dos órgãos de controle interno, visando melhorar a qualidade das políticas, cargos, salários e capacitação das pessoas.

**A senhora é Secretária de Controle e Transparência do Espírito Santo. No Brasil e no Rio, há instrumentos de**

**Transparência que inibem a corrupção ou, pelo menos, são meios que detectam algum tipo de problema. Há ainda espaço para se criar métodos ou meios para reduzir a corrupção ou ainda para preveni-la? E no Espírito Santo, quais são os instrumentos mais usados contra a corrupção?**

Sim, há espaço para novos métodos, através da efetiva atuação do controle interno, por exemplo, por meio do uso intensivo da Tecnologia da Informação (TI) no acompanhamento e avaliação das informações dos diversos sistemas de informática, o que possibilita resultados expressivos na prevenção e combate à corrupção. No caso do Espírito Santo, implantamos um sistema de controle chamado Observatório da Despesa Pública.

**Em dezembro, comemora-se o Dia Internacional contra a Corrupção. Ações como essas são importantes para fazer com que a sociedade civil entenda a sua responsabilidade no combate à corrupção? E como buscar maior participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública?**

Tornando a informação acessível ao cidadão. Quando falamos em acessível, não quer dizer somente disponibilizar a informação dos atos e fatos da administração pública, mas disponibilizar em uma linguagem que seja de fácil interpretação. Outro aspecto importante, motivador de participação popular, são as campanhas educativas. Veicular na mídia campanhas que incentivem o cidadão a exercer o controle social sobre a gestão pública, enfatizando a importância da participação do cidadão no controle da gestão para melhorar os resultados e as entregas à sociedade.

**Para 2012 já estão sendo organizados vários eventos como a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial) e o encontro do CONACI, para o segundo semestre. Qual é a expectativa em relação a resultados práticos?**

Esperamos que sejam produzidas propostas de ações para o fortalecimento da interação entre sociedade e governo. Apostamos também no desenvolvimento de novas ideias e conceitos sobre participação social e no surgimento de novos mecanismos de transparência e acesso a informações e dados públicos a serem implementados pelos órgãos e entidades públicas. Os eventos deverão, ainda, impulsionar o debate sobre mecanismos de sensibilização e mobilização da sociedade em prol da participação no acompanhamento e controle da gestão pública. Entre as discussões, eu destacaria aquelas que debaterão as ações de capacitação e qualificação da sociedade para o acompanhamento e controle da gestão pública, que utilizem, inclusive, ferramentas e tecnologias de informação. Destacaria, ainda, o debate sobre medidas de prevenção e combate à cor-

rupção que envolvam o trabalho de governos, empresas e sociedade civil.

**De um modo geral, melhorou o perfil das empresas prestadoras de serviço ao Estado?**

Uma atuação efetiva do controle interno certamente contribui para a melhoria dos serviços prestados pelas empresas à administração pública. Por exemplo, em 2009, através de lei, foi incluída nas competências da SECONT a realização de diligências em empresas contratadas, para avaliar os riscos de descontinuidade na prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais, entre outras, propiciando maior eficiência e eficácia nas ações de controle.

Desde então, diversas diligências e auditorias foram realizadas com esse objetivo, que contribuíram para melhoria da atuação das empresas, pois o controle, ou até mesmo a possibilidade de controle, estimula a adoção de boas práticas tanto pelas empresas contratadas quanto pelos gestores públicos.

**Há números que quantifiquem a eficiência dos órgãos de controle no país? E quanto aos resultados do uso da infor-**

**mática para maior transparência das transações envolvendo dinheiro público?**

A Internet hoje, praticamente, está presente em todos os lugares, o que faz dela um canal direto e eficiente de acesso do cidadão às informações da gestão pública. Os portais de transparência na rede mundial de computadores, mantidos pelo governo federal, todos os estados, e grande parte dos municípios, são instrumentos extraordinários na divulgação das informações públicas.

Há também os controles que podem ser implementados e aprimorados como o uso da Tecnologia da Informação (TI), como o Observatório da Despesa Pública, já dito, entre outros: atualização periódica das bases de dados de informação que fundamentam pagamentos contínuos (aposentadorias, pensões etc.); controle via sistemas eletrônicos e bases de dados, ou seja, controlar os dados nos próprios sistemas informatizados.

Portanto, Internet e TI são instrumentos que hoje já contribuem com o controle e, em um futuro muito próximo, serão essenciais para o aperfeiçoamento do controle da gestão pública. ☎

## CONACI: a integração como forma de aprimorar o controle e a cidadania

A partir de 1988, a Constituição Federal instituiu a previsão de que cada estado brasileiro deveria criar sistemas de controle e auditoria de contas públicas, com o objetivo de construir gestões cada vez mais eficientes, capazes de gerir os recursos públicos com responsabilidade e transparência. Como o encargo não exigia padronização, desde então diferentes metodologias e processos de trabalho próprios foram desenvolvidos.

Em 2004, a então Auditora Geral do Estado do Pará, Rosinéli Salame, na intenção de aprimorar o trabalho dos distintos órgãos de controle interno, realizou o Fórum Nacional de Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal. O evento contou com sete edições em diferentes regiões do Brasil, ganhando força, dimensão e cada vez mais associados e colaboradores.

Em 2007, a iniciativa deu um importante passo rumo à transformação da Instituição em um instrumento de cidadania efetivo: o Fórum se transformou em *Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios das Capitais* (CONACI) – entidade com objetivos claros e um caminho bem definido.

Hoje, com o nome de *Conselho Nacional de Controle Interno*, o CONACI procura atuar como uma ferramenta para o controle interno em vários níveis. Unindo as diversas regiões com a permuta de conhecimentos, práticas e informações, busca trabalhar pela construção de um país com gestões mais eficientes e assertivas, que aproxime o poder público dos cidadãos. Além de discutir, conhecer e trocar experiências, o Conselho também se consolidou como via para promover a necessária integração entre todos os órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil. ☎

# Artigo

## Controle social: avanços e perspectivas no cenário brasileiro

*Marcus Vinicius de Azevedo Braga\**



### 1. INTRODUÇÃO - O QUE É “CONTROLE SOCIAL”?

Em meados de agosto de 1992, passadas quase duas décadas, gritos de jovens com as suas caras pintadas, sob a égide de uma nova Carta Magna, levantaram as vozes contra a corrupção, em um movimento de indignação já esquecido das gerações que os antecederam, por força das circunstâncias.

Ecos dessas mesmas vozes reverberaram em um sem número de manifestações, algumas com notoriedade, outras pacíficas, ocorridas no decorrer dessas duas décadas, materializadas em marchas e protestos motivados por denúncias de corrupção.

Essas ações, fundamentais, são apenas uma dimensão do que chamamos academicamente de controle social ou ainda, controle democrático, que se caracteriza por um conjunto de ações, individuais ou coletivas, realizadas pela via democrática, de forma a pressionar as políticas desenvolvidas pelos governos, no acompanhamento e controle dessas mesmas políticas, da formulação até a implementação (BRAGA; SILVA, 2010), visando garantir a qualidade na prestação de serviços públicos, a materialização de direitos sociais e a lisura da ação estatal no atendimento aos interesses da população.

A trajetória do controle social, como forma de aprendizado democrático permanente, é ainda incipiente em nosso país, o que não nos furta de registrar os avanços colhidos nessas duas últimas décadas e, ainda, apontar os desafios que se apresentam nessa questão no contexto brasileiro, análises essas que constituem o propósito desse breve artigo.

### 2. AVANÇOS

No campo da Legislação, a Constituição Federal de 1988 apresenta, timidamente, a soberania popular no seu Artigo 14. Já no Artigo 37, o princípio da publicidade, que somente veio a adotar

uma postura proativa com a promulgação da Lei Federal nº 131, de 27.05.2009, que rompe paradigmas na determinação da divulgação de forma detalhada de receitas e despesas efetuadas por órgãos e entidades públicas, de todas as esferas e poderes, na rede mundial de computadores, potencializado os já pioneiros Portais de Transparência.

A Lei de acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527, de 18.11.2011, fecha (ou abre um novo) o ciclo de avanços, como marco legal integralizador dessa visão de uma gestão transparente, do acesso do cidadão as informações e, principalmente, da obrigação da disponibilização dessas, independente de solicitação, focando nesse destinatário das informações públicas existente em um momento presente ou futuro, mas nem sempre identificado positivamente (BRAGA, 2011b).

No que tange à institucionalização do controle social, os conselhos se organizaram em modelos específicos focados na fiscalização de fundos e programas<sup>1</sup>. Os órgãos de controle se tornaram mais robustos, com reconhecimento e visibilidade na imprensa, principalmente os de controle interno. Os órgãos de controle interno passaram a se comunicar não só com parceiros especializados, como o Ministério Público e órgãos policiais, mas também com parceiros populares, como movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais no fortalecimento de um viés proativo e preventivo de riscos à gestão.

Cabe registrar também que esses movimentos sociais, entre as diversas lutas democráticas por direitos que se apresentam no contexto atual, se organizaram também na vertente do acompanhamento da gestão e do combate a corrupção, seja por meio de marchas e protestos, seja no crescente ativismo virtual, de maneira que a temática do controle social da gestão pública passou a integrar, de forma irreversível, a agenda das demandas populares<sup>2</sup>.

Esses avanços permitiram instrumentalizar o controle social, pelo crescente acesso aos dados da gestão, pela utilização de canais de denúncia e pela formalização das atribuições das instâncias organizadas, como os conselhos. Essas iniciativas desenvolveram de forma customizada e cotidiana tecnologias sociais de participação do cidadão na vida pública, na garantia de direitos e no acompanhamento da gestão, em uma importante aliança do viés técnico com o participativo-democrático (BRAGA, 2011 a).

### 3. PERSPECTIVAS

O caminho já trilhado na senda do controle social aponta desafios a serem superados, na tarefa sempre inacabada da democracia. Um ponto crucial é que o acompanhamento da gestão pública, por meio do controle social, precisa ser um valor cultuado e aprendido na escola, na família e na comunidade. Faz-se mister romper o individualismo na percepção da interdependência no tecido social, como um desafio que se impõe à concretização de ações de controle social, pela recuperação crescente da crença na capacidade da população de controlar o Estado.

Da mesma forma, os dados da gestão pública tornados públicos devem ser apresentados em uma linguagem e em uma disposição que permita a cidadãos e aos movimentos sociais compreender, interpretar e relacionar as informações alimentadas pelos gestores públicos, para que estas realmente se tornem ferramentas de garantia de uma gestão de qualidade, voltada para quem dela necessita.

Por seu turno, outro desafio posto é que os conselhos e demais instâncias formais de participação popular necessitam de visibilidade na imprensa, sendo reconhecidos como instâncias legítimas para que os cidadãos apresentem as suas demandas (BRAGA, 2011a), da mesma forma que carecem de um maior empoderamento junto aos governos e órgãos de controle, como espaços de reivindicação populares no cotidiano da gestão, fornecendo, pela sua capilaridade, informações que permitam o mapeamento de riscos na gestão, na construção pelo poder público de estratégias para a mitigação desses riscos.

### 4. CONCLUSÃO

Sopesar os avanços e perspectivas nestas breves linhas é mais que um exercício de avaliação/planejamento. É valorizar o esforço dos anônimos que pelas ações de protestos e denúncias, ou pelas ações preventivas de acompanhamento cotidiano da gestão, permitiram que os avanços da gestão pública não se fizessem apartados de mecanismos de controle social, como elementos essenciais a vivência democrática e todas as suas contradições.

O horizonte ainda aponta muitas batalhas no universo do controle social e a transparência se afigura como aquela que está mais próxima e repleta dos mais significativos desafios. A transparência traz a informação que permite instrumentalizar o controle social, ampliando seus horizontes para além das despesas e da execução das políticas, na regra áurea que sem informação é muito difícil o acompanhamento e controle da gestão pela população.

Desse modo, as vozes daqueles que lutaram, de diversas maneiras, pelos avanços do controle social nessas duas décadas, não se calam. Pelo contrário! Se fortalecem em novas roupagens, com conhecimento de causa e atitude estratégica, que permitirão dar conta desses novos desafios, que clamam o alistamento de novas vozes para enfrentá-los, reinventando-se a cada dia. ☪

### NOTAS

[1] Nas últimas duas décadas, alguns programas federais descentralizados contemplam conselhos de acompanhamento e controle da sua gestão, tais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Bolsa-Família, entre outros.

[2] Nesse ponto, a iniciativa da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (<http://www.consocial.cgu.gov.br/>) representa um marco de consolidação desses avanços e ao mesmo tempo um impulso institucional, de forma articulada, para os desafios das próximas décadas.

### REFERÊNCIAS

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo; SILVA, Maria Abádia da. *Controle social em educação básica pública*. In: 10º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED - Centro-Oeste, *Desafios da Produção e Divulgação do Conhecimento*, Uberlândia: 2010.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. *O controle social da educação básica pública: A atuação dos conselheiros do Fundeb*. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011a.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. *A auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência*. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, nº 2900, 2011b.



\* Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (2011) na linha de políticas públicas e gestão da Educação, possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (2005) e Bacharelado em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (1996). Atualmente é Analista de Finanças e Controle - Controladoria Geral da União. Tem experiência na área de Educação, na área de gestão e políticas públicas, com ênfase no Controle de recursos. Filiado ao Instituto dos Auditores Internos do Brasil-IIA Brasil.

## Aconteceu

### ► 55ª CON CERJ



Com o tema *A Contabilidade Brasileira no Novo Contexto Mundial*, foi realizada, em outubro, a 55ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro (Concerj). O evento contou com debates de alto nível e a presença de cerca de 500 participantes, entre expositores e palestrantes. Nesta edição, segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Rio (CRC-RJ), foi realizada a maior feira de exposição da história da Concerj, que contou com 25 estandes de empresas de Tecnologia da Informação (sobretudo de *softwares*), orientação fiscal, edição de livros e jornais, consultoria, auditoria e saúde complementar, além dos estandes do CFC, CRC-RJ e das entidades conagraçadas. Houve apresentações e discursos da presidente Diva Gesualdi, dos presidentes da Revista do CRC-RJ, das Entidades Congraçadas (Sescon-RJ, Sindicont-Rio, Unipeç-RJ e Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro), da Associação dos Peritos Judiciais e do presidente do CFC, Juarez Carneiro, entre outros.

### ► CONACI



O Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) reuniu-se no mês de novembro, no Rio de Janeiro, quando tratou temas que serão base das ações dos próximos dois anos. A controladora-geral do Estado de Alagoas e presidente do

CONACI, Rosa Barros Tenório, e a vice-presidente, Ângela Maria Silveiras, secretária do Controle e da Transparência do Espírito Santo, presidiram o encontro, que contou com a maioria dos representantes dos estados, além dos gestores das controladorias dos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES).

Entre os assuntos abordados, a instalação das comissões de trabalho criadas no VII Encontro Nacional, em Brasília; o planejamento para o Biênio 2012/2013, definindo as prioridades da nova gestão que assumirá em janeiro/2012.

As comissões de trabalho constituídas oficialmente tratam sobre Assuntos Legislativos relativos ao controle interno e o acompanhamento do Programa de Modernização dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Promoin). Os titulares do Conaci decidiram desmobilizar a comissão sobre as Obras da Copa, dado que alguns controladores já participam de grupo criado pelo Governo Federal para esse fim, e criaram a comissão que vai acompanhar a Lei de Acesso à Informação, cuja regulamentação deve ocorrer em 180 dias e envolve o funcionamento dos controles internos.

O encontro também traçou um painel sobre a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial) nos estados e municípios e definiu ampliar os esforços na articulação parlamentar em Brasília. A presidente do encontro concluiu o evento agradecendo o apoio e despedindo-se da presidência que, a partir de janeiro, será ocupada por Ângela Silveiras, tendo Rosa Tenório na primeira vice-presidência e Carlos Higino Alencar, na segunda-vice.

### ► CGM RJ no Dia contra a Corrupção

A CGM-RJ participou do evento que marcou o *Dia Internacional contra a Corrupção*, 9 de dezembro, na estação do metrô



ção, 9 de dezembro, na estação do metrô da Carioca, no Rio de Janeiro. O evento, que objetivou conscientizar a população quanto à necessidade de transparência e controle das contas públicas, foi organizado pelo Grupo de Controle Social, que congrega, além da CGU e da CGM RJ, diversos órgãos e entidades. Foram mais de 1.100 usuários, que visitaram os estandes montados e que tiveram dúvidas esclarecidas, além de receberem panfletos explicativos sobre o tema. Na ocasião, houve atividades que visaram atrair o público de uma forma bem humorada, como o bate-papo "Jogos Limpos".

### ► Informação pública



A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou, em novembro, a Lei de Acesso às Informações Públicas. A lei extingue oficialmente a possibilidade de dados públicos serem mantidos em sigilo eterno - renovações sucessivas de sigilo, até agora permitidas pela regra em vigor. A medida valerá em todo o território nacional, para todos os níveis de governo e para os três poderes.

Os documentos classificados como ultrasecretos, ou seja, com informações que dizem respeito à segurança do Estado, ficarão resguardados, agora, por um prazo máximo de cinquenta anos. ☺

# Agenda & Eventos

## Etapas da Consocial no Rio

A Prefeitura do Rio realizará, nos dias 13 e 14 de fevereiro, a 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social - Consocial. O evento, que acontecerá no Centro de Convenções Sul América, na Cidade Nova, terá como tema *A sociedade no acompanhamento e controle da Gestão Pública* e debaterá questões como a produção de novas ideias e conceitos sobre participação social no controle; incentivo aos diversos órgãos e entidades públicas para adoção de mecanismos de transparência e acesso às informações e dados públicos, bem como ações de capacitação e qualificação da sociedade para o acompanhamento e controle da gestão pública, que utilizem, inclusive, ferramentas e tecnologias de informação. A 1ª Consocial também vai propor debate e a adoção de medidas de prevenção e combate à corrupção que envolvam ações de governos, empresas e sociedade civil.

A 1ª Consocial Municipal do Rio encaminhará 76 delegados à 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social, que acontecerá nos dias 17 e 18 de março, no Centro Cultural Ação da Cidadania, na Saúde, Zona Portuária do Rio. Desses delegados, 52 são representantes da Sociedade Civil, 17 do Poder Público e sete dos Conselhos Municipais. As propostas desenvolvidas no evento também serão encaminhadas à Consocial estadual. A 1ª Consocial Nacional será realizada nos dias 18 a 20 de maio, em Brasília (DF).

O evento será presidido pelo Secretário Municipal da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho Teixeira, mas, em sua ausência ou impedimento, ficará a cargo do Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti. A Comissão Organizadora Municipal - COMU e a Coordenação

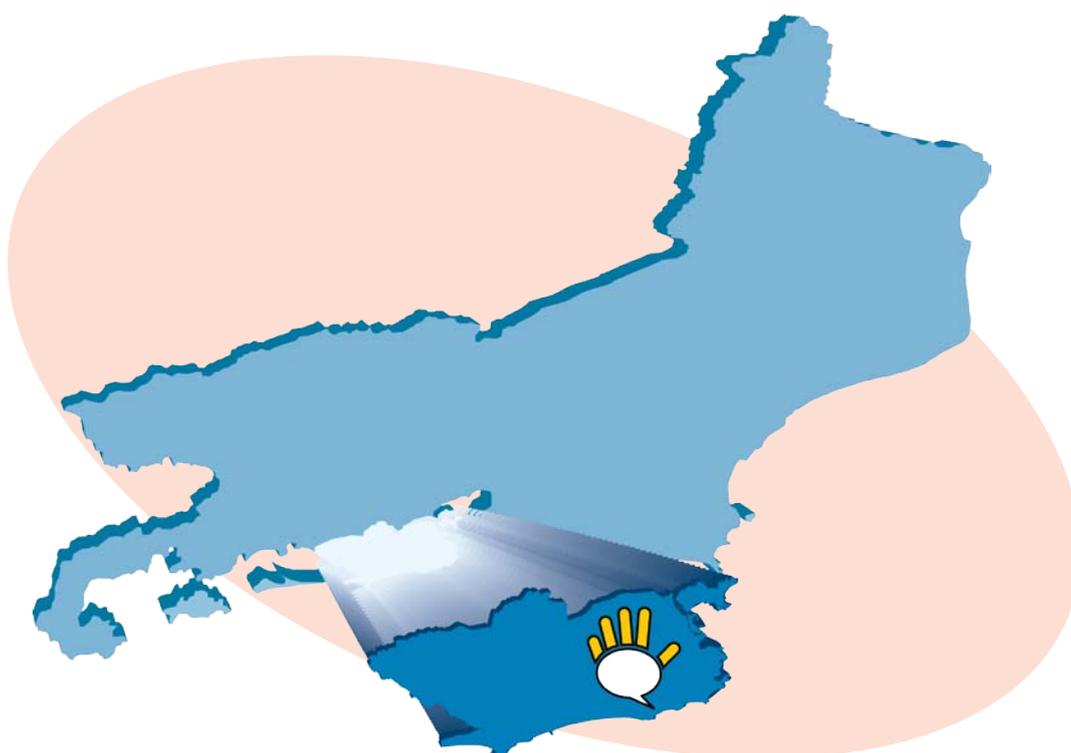
Executiva - CEMU da 1ª Consocial Municipal foram constituídas em resolução conjunta.

A Prefeitura vem cumprindo as etapas para convocação e realização das conferências municipais/regionais, como: a publicação do decreto de convocação pelo prefeito Eduardo Paes, a comunicação da Convocação no Portal da Consocial ([www.consocial.cgu.gov.br](http://www.consocial.cgu.gov.br)) e a constituição da Comissão Organizadora Municipal/Coordenação Executiva (COMU/CEMU), além da divulgação da conferência Municipal/Regional. A coordenação da Conferência municipal é de responsabilidade da CGM-RJ e da Secretaria Municipal da Casa Civil (CVL).

A COMU é composta por representantes do Poder Público: CGM-RJ, CVL, Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ); por Representantes da Sociedade Civil: Instituto Elo Carioca - RIO COMO VAMOS; Meu Rio; Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ); Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN; Fundação Konrad Adenauer; e por Representante de Conselho de Políticas Públicas: Conselho Municipal de Assistência Social, respeitada a representação paritária.



Para participar acesse o link da CONSOCIAL no Portal da Prefeitura do Rio: [www.rio.rj.gov.br/consocialmunicipiorio](http://www.rio.rj.gov.br/consocialmunicipiorio). Inscrições de 26 de janeiro a 03 de fevereiro. ☎



## Armazém de Dados comemora 10º aniversário com novas perspectivas

*Portal da Prefeitura celebra com debate sobre transparência de dados e políticas públicas*

O portal Armazém de Dados, da Prefeitura do Rio, completou dez anos, celebrados dia 9 de novembro de 2011 com um debate sobre transparência de dados e políticas públicas no Instituto Pereira Passos (IPP). Cerca de 100 pessoas compareceram. O presidente do IPP, Ricardo Henriques, destacou o pioneirismo do Armazém, o rigor técnico de todo o processo de produção e a usabilidade do site, acessível a usuários de todos os níveis.

Foram apresentados no evento três novos produtos do portal: o Banco de Dados Agregados (BDA), a nova versão do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) e o Mapa Digital do Rio de Janeiro. Os aplicativos simplificam o acesso aos dados do Censo, fazem buscas específicas na cidade e contam com mapas e fotos atualizadas do Rio, aumentando a interatividade com o usuário e explorando diversas vertentes de informação.

Segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Wasmalia Bivar, “o sonho do IBGE é ter um

instituto como o IPP em cada município”. Ela considera que o Armazém de Dados possibilita a reivindicação por maior qualidade de vida.

O especialista em governo eletrônico e membro do Comitê Gestor da Internet, Vagner Diniz, falou sobre os perfis de usuários de Internet que surgirão nos próximos anos e de como as bases de dados serão importantes para os aplicativos do futuro: “Tantos dispositivos só fazem sentido se puderem se comunicar com outros, e essa comunicação só é possível se os dados fluírem livremente”. Diniz ainda afirmou que o governo brasileiro deve seguir o exemplo de outros países na abertura de dados públicos e promover um diálogo com a população. Ele divulgou no site do Consórcio *World Wide Web Brasil* um manual que pretende direcionar essa discussão.

Ricardo Henriques encerrou o debate anunciando que o Instituto vai passar a produzir também dados estatísticos primários. “Estamos investindo para que o IPP possa se tornar um hub de informações sobre a cidade do Rio de Janeiro”, concluiu. 

(continuação da pág. 2) ► (IFRS, na sigla em inglês). Desde 2008 a Controladoria já vem se adequando ao novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público, já que até 2013 todos os municípios do país deverão elaborar suas demonstrações contábeis com base no novo modelo.

Outro projeto que vem sendo desenvolvido é o de Informações Estratégicas para o Controle, que cria uma metodologia para implantação e execução de monitoramentos para aprimorar a execução de ações de controle. Assim, são definidos “indicadores padrão” extraídos a partir do cruzamento entre bancos de dados dos sistemas de informática da Prefeitura.

### Transparência

A CGM-RJ também, nesses 18 anos, implementou muitas ações para manter o cidadão bem informado, disponibilizando na Internet vários demonstrativos como: prestação de contas do Município completa, prestação de contas simplificada, relatórios para audiência pública, demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal, relação das auditorias concluídas, tabelas com preços pesquisados pela Fundação Getúlio Vargas para a Prefeitura do Rio de Janeiro, manuais diversos, entre outros.

É importante ressaltar também que mesmo antes da Lei Complementar nº 131 ser editada, em 27 de maio de 2009, a CGM-RJ já havia criado, em 2006, o aplicativo Rio Transparente, que permite consultas das Receitas e Despesas do Município nos últimos quatro exercícios. Esse aplicativo fica disponibilizado no sítio de Prefeitura ([www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br)) com atualizações diárias das informações de todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, inclusive dos contratos executados e em execução. A CGM-RJ trabalha agora para tornar a navegabilidade desse portal de transparência mais amigável.

### Parcerias

A CGM-RJ organizou, em parceria com o CRC-RJ, duas Jornadas Brasileiras de Controle Interno: a Segunda, em 1994, cujo tema foi Controle Interno a Serviço da Cidadania, e a Quinta, em 2003, com o tema *Auditoria - Uma Abordagem Interdisciplinar*.

Em 2010 efetuou sua adesão à Rede de Controle da Gestão Pública, cuja finalidade principal é ampliar e aprimorar a integração entre instituições voltadas às questões do controle, desenvolvendo ações direcionadas à fiscalização da gestão pública. Aderiu tam-

bém, em 2011, à Rede de Controle Social, que visa articular as ações entre os órgãos de controle e fortalecer o controle pela sociedade.

A Controladoria integra o *Conselho Nacional de Controle Interno* (CONACI), que tem como propósito principal promover a integração entre todos os órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos no Brasil, beneficiando a sociedade, o estado e o país.

Além de participar desses organismos, a CGM-RJ, em parceria com a CGU e com o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, realizou duas edições do ENINTE-RIO (Encontro de Integração da CGU, CGM-RJ e TCM-RJ com outros órgãos de controle público), objetivando a troca de experiências entre eles, tendo ocorrido a segunda edição em junho de 2011. Também participaram 19 controladorias de prefeituras do Estado do Rio de Janeiro e representantes das três esferas de poder (municipal, estadual e federal).

Dentro desse escopo, a CGM-RJ está capitaneando juntamente com a Secretaria da Casa Civil e a Secretaria Municipal de Fazenda, a 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial), que acontecerá no Rio de Janeiro, nos dias 13 e 14 de fevereiro e será

uma etapa preparatória para a conferência nacional, que objetiva promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública.

A CGM-RJ tem participado também de eventos em datas simbólicas, como o Dia Internacional Contra a Corrupção, comemorado no dia 9 de dezembro.

### CGM-RJ – uma referência

Por ser pioneira, a CGM-RJ tem sido referência para muitos estudos, artigos, monografias, dissertações e na criação

de outras controladorias. Um exemplo é o trabalho, de Airton Roberto Rebién e Adriana Viegas de Amorim, intitulado Controladoria na Administração Pública Municipal: Estudo de Modelo para Prefeitura de Nova Santa Rita/RS, que desenvolveu proposta de implantação de uma Controladoria na Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita/RS.

Outros casos são os trabalhos defendidos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): *Percepção sobre a eficiência do controle interno nos órgãos que compõem o poder executivo municipal: um estudo de*

*caso na auditoria da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro – CGM-RJ*, de Reginaldo de Almeida Peba; e também *Percepção sobre o papel do Código de Ética na Resolução de Dilemas Éticos: Um estudo Empírico na Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (CGM)*, de Vânia Silva de Carvalho.

A Controladoria também já foi tema de livro: *Finanças Públicas – Controladoria Governamental*, dissertação de mestrado defendida, também na UERJ, por Blênio César Severo Peixe, que utiliza a CGM-RJ como estudo de caso. **5**

## Prestando Contas também chega à maioria



Capa do primeiro número do Prestando Contas, de julho de 1993

O Prestando Contas, informativo trimestral impresso da CGM RJ, entrou no seu 18º ano de publicação. Sua história tem início quando, seguindo o espírito de que prestar contas é dever do administrador público, o Secretário Extraordinário de Assuntos Especiais, Lino Martins, decidiu lançar, em julho de 1993, o boletim informativo cujo foco era abordar assuntos relativos à área de controle, de contabilidade, de auditoria e de outros temas relevantes para administração pública.

Apenas para lembrar, esse fato aconteceu antes mesmo da Controladoria Geral do Município existir formalmente: na época, o projeto de criação da CGM-RJ ainda estava em gestação na PCRJ.

O *Prestando Contas* foi criado para representar um fórum para que se tratassem as novas atividades, as ideias e as tecnologias dos sistemas de controle e da administração pública. Também se propõe a ser um veículo para informar sobre acontecimentos, conferências e seminários relacionados de algum modo ao controle interno do setor público. Isto pode ser constatado em várias edições, como a de nº 2, que tem como matéria principal a Nova Lei de Licitações sancionada em 21/06/93; e a de nº 8, que publica a 2ª Jornada Brasileira de Controle Interno.

Preservando o mesmo formato de diagramação, apenas aumentando o número de páginas, que passou de quatro para dez, circulou desde a sua criação para secretários municipais; profissionais das áreas de contabilidade, financeira, auditorias do Município do Rio; e profissionais dos departamentos de Contabilidade e Auditoria das Universidades. Atualmente circula por entre as Controladorias do país, Rede de Controle e bibliotecas de universidades.

Em 2001, ganhou a sua primeira versão eletrônica, divulgada no site da Controladoria referente ao bimestre de janeiro/fevereiro. Naquela edição a matéria principal abordou a Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir daí todas as edições podem ser acessadas no portal da CGM, na área de publicações.

Outro marco do Prestando Contas, aconteceu na edição de abril de 2010, com o uso de cores que, pela primeira vez, aportaram em suas páginas.

Atualmente o informativo publica entrevistas, artigos, matérias sobre controle, auditoria, contabilidade e sobre eventos do universo de controle. Também divulga livros e publicações de interesse de profissionais da área.

Como um dos eixos principais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é a transparência, a cada edição também são divulgados, na última página, os quadros demonstrativos do balanço orçamentário da Prefeitura do Rio de Janeiro. Estas informações possibilitam ao leitor uma visão mais ampla das receitas e despesas realizadas no ano até o bimestre anterior à publicação do Prestando Contas. **5**

# DEMONSTRATIVOS LRF

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a outubro de 2011

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	out/10	out/11	Em out/10	Em out/11	Até out/10	Até out/11	Em out/10	Em out/11
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.394.399.164,00</b>	<b>15.941.164.271,00</b>	<b>1.100.615.862,74</b>	<b>1.315.553.672,73</b>	<b>11.379.173.825,34</b>	<b>13.600.261.176,59</b>	<b>1.015.225.338,66</b>	<b>2.340.903.094,41</b>
Tributárias	5.665.762.745,00	6.398.397.947,00	450.044.082,55	509.590.986,30	4.860.999.051,49	5.645.985.430,13	804.763.693,51	752.412.516,87
Contribuições	926.404.750,00	2.109.036.000,00	77.717.458,10	176.404.083,82	724.181.992,49	1.661.689.845,92	202.222.757,51	447.346.154,08
Patrimoniais	516.827.943,00	727.441.020,00	87.779.229,70	124.598.267,48	811.751.766,48	949.087.620,47	(294.923.823,48)	(221.646.600,47)
Industrial	7.714.915,00	9.230.462,00	438.774,30	580.849,94	4.109.878,14	5.446.633,32	3.605.036,86	3.783.828,68
Serviços	251.044.140,00	307.725.299,00	41.831.208,44	13.809.637,19	241.677.189,49	301.938.541,42	9.366.950,51	5.786.757,58
Transferências Correntes	4.433.114.139,00	5.142.391.105,00	375.388.959,36	410.392.249,61	3.858.369.528,01	4.239.529.542,28	574.744.610,99	902.861.562,72
Outras Receitas Correntes	593.530.532,00	1.246.942.438,00	67.416.150,29	80.177.598,39	878.084.419,24	796.583.563,05	(284.553.887,24)	450.358.874,95
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.205.779.369,00</b>	<b>2.924.351.586,00</b>	<b>75.668.022,27</b>	<b>144.294.584,76</b>	<b>1.402.268.323,79</b>	<b>440.778.806,24</b>	<b>(196.488.954,79)</b>	<b>2.483.572.779,76</b>
Operações de Crédito	344.552.500,00	1.750.511.893,00	7.681.808,52	86.924.144,86	1.000.556.589,36	183.687.166,81	(656.004.089,36)	1.566.824.726,19
Alienações de Bens	151.706.173,00	191.101.381,00	49.688.543,33	39.930.884,40	60.142.486,36	74.942.448,28	91.563.686,64	116.158.932,72
Amort. de Empréstimos	122.587.307,00	107.215.447,00	13.770.308,55	8.073.444,70	105.673.279,90	88.737.656,02	16.914.027,10	18.477.790,98
Transferências de Capital	396.745.389,00	591.466.865,00	4.527.361,87	9.366.110,80	235.895.968,17	93.411.535,13	160.849.420,83	498.055.329,87
Outras Receitas de Capital	190.188.000,00	284.056.000,00	-	-	-	-	190.188.000,00	284.056.000,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>	<b>13.600.178.533,00</b>	<b>18.865.515.857,00</b>	<b>1.176.283.885,01</b>	<b>1.459.848.257,49</b>	<b>12.781.442.149,13</b>	<b>14.041.039.982,83</b>	<b>818.736.383,87</b>	<b>4.824.475.874,17</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>(11.781.014.196,90)</b>	<b>(14.961.979.505,26)</b>	<b>(948.424.395,27)</b>	<b>(1.067.048.940,78)</b>	<b>(8.312.936.229,86)</b>	<b>(10.502.793.389,69)</b>	<b>(3.468.077.967,04)</b>	<b>(4.459.186.115,57)</b>
Pessoal e Encargos	(6.887.579.379,95)	(8.695.915.889,24)	(531.253.695,01)	(628.640.834,03)	(5.278.619.924,87)	(6.600.870.177,87)	(1.608.959.455,08)	(2.095.045.711,37)
Juros e Encargos da Dívida	(630.102.636,42)	(540.067.811,00)	(43.941.423,31)	(46.753.013,47)	(534.200.874,29)	(460.443.855,66)	(95.901.762,13)	(79.623.955,34)
Outras Despesas de Correntes	(4.263.332.180,53)	(5.725.995.805,02)	(373.229.276,95)	(391.655.093,28)	(2.500.115.430,70)	(3.441.479.356,16)	(1.763.216.749,83)	(2.284.516.448,86)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>(4.090.131.778,00)</b>	<b>(6.267.812.014,48)</b>	<b>(102.763.126,18)</b>	<b>(265.661.291,53)</b>	<b>(1.930.085.015,89)</b>	<b>(2.187.515.661,27)</b>	<b>(2.160.046.762,11)</b>	<b>(4.080.296.353,21)</b>
Investimentos	(2.599.548.465,87)	(5.013.713.915,02)	(85.288.556,21)	(244.116.454,68)	(623.413.628,31)	(1.963.139.641,85)	(1.976.134.837,56)	(3.050.574.273,17)
Inversões Financeiras	(152.771.431,13)	(126.100.507,46)	(286.075,32)	(1.927.570,32)	(15.436.683,65)	(28.240.727,76)	(137.334.747,48)	(97.859.779,70)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(1.337.811.881,00)	(1.127.997.592,00)	(17.188.494,65)	(19.617.266,53)	(1.291.234.703,93)	(196.135.291,66)	(46.577.177,07)	(931.862.300,34)
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>(784.022,23)</b>	<b>(25.901.844,26)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(784.022,23)</b>	<b>(25.901.844,26)</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( II )</b>	<b>(15.871.929.997,13)</b>	<b>(21.255.693.364,00)</b>	<b>(1.051.187.521,45)</b>	<b>(1.332.710.232,31)</b>	<b>(10.243.021.245,75)</b>	<b>(12.690.309.050,96)</b>	<b>(5.628.908.751,38)</b>	<b>(8.565.384.313,04)</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT ( III ) = ( I - II )</b>	<b>(2.271.751.464,13)</b>	<b>(2.390.177.507,00)</b>	<b>125.096.363,56</b>	<b>127.138.025,18</b>	<b>2.538.420.903,38</b>	<b>1.350.730.931,87</b>	<b>(4.810.172.367,51)</b>	<b>(3.740.908.438,87)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>895.078.585,69</b>	<b>2.063.343.818,08</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.